

uma visão romântica da língua tupi

Maria Cândida Drumond Mendes Barros

Museu Emilio Goeldi

A literatura do século XIX referente à língua tupi¹ se caracterizou por compartilhar um enfoque normativo. Intelectuais como Batista Caetano de Almeida Nogueira, João Barbosa Rodrigues e outros, considerados autoridades em língua indígena, discutem em seus trabalhos questões como a "ortografia correta" (RODRIGUES, J.B., 1982), "formas adulteradas" (RUBIM, 1866), "verdadeira etimologia" (NOGUEIRA, 1877) e consideram o tupi antigo como modelo correto da língua (SUARES, 1880 : 130).

A discussão sobre o legítimo e o ilegítimo no tupi está presente num conjunto heterogêneo de documentos - estudos lingüísticos, pareceres, memórias, relatórios anuais - publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essas publicações representam um mostruário do pensamento acadêmico na época do Império a respeito das línguas indígenas, e aí reside o interesse de retornar a esses estudos. O trabalho se inclui numa

¹ Há várias formas de noméa-la: língua geral, guarani, tupi, língua geral brasileira, nheengatu, abanheenga, língua túpica ou língua indígena geral. Esses termos são usados diferentemente sem existir um consenso em seus usos. Rubim, por exemplo, utiliza língua geral para o idioma ainda usado na Amazônia, e guarani para a versão mais antiga (RUBIM, 1882 : 366/367). Martius diz língua geral ou tupi; Batista Caetano chama de abanheenga o nome genérico para tupi/guarani/língua geral.

pesquisa de reconstrução da História da Lingüística Indígena no Brasil com o objetivo de conhecer de que maneira as línguas indígenas se instituíram em cada época como objeto de saber pelos não falantes nativos, mais exatamente pelos segmentos dominantes.

Dentro desse marco de interesse o propósito do presente trabalho consiste em reconstruir uma faceta dos estudos sobre as línguas indígenas do século XIX: a visão normativa a respeito da língua tupi, ocorrida no mundo acadêmico. Na reconstrução do debate normativo sobre o tupi, o que está em foco são os debatedores, e a arena do debate. Quanto aos debatedores, interessa caracterizar, em seus estudos, as formas de representação mais consensuais a respeito da oposição entre legítimo e ilegítimo no âmbito do tupi. Quanto à arena em que o debate se processou, nosso propósito é caracterizar o lugar em que surgiram essas representações. No mundo acadêmico do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi a principal instituição responsável pela produção e difusão dessa visão normativa do tupi.

Um episódio registrado por Francisco Freire Allemão (ALLEMÃO, 1882) é ilustrativo do tipo de questões que nos interessa estudar no debate normativo: o leitor Manuel da Silva Pontes consulta o IHGB sobre a melhor ortografia e etimologia a dar a topônimos originários do tupi. A comissão do IHGB encarregada de tratar o assunto não se furta a dar sua opinião e publica trabalhos etimológicos de Allemão (ALLEMÃO, 1882) e de Rubim (1882).

A comissão considera ainda que, nos casos de etimologias de difícil solução, a antigüidade seja um dos critérios definidores da ortografia: "seria bem conservar-se a ortografia mais antiga, quando não for a mais eufônica" (ALLEMÃO, 1882 : 360).

A historieta é exemplar por conter as duas dimensões do fenômeno da norma lingüística que nos interessa estudar na reconstrução da visão "romântica" do tupi.

a) a nível da representação em torno ao tupi.

No episódio relatado, a Comissão do IHGB propõe o tupi antigo como modelo estandar da língua.

b) a nível da instituição.

No episódio, o IHGB surge como a instituição consagrada para sancionar a respeito da norma legítima do tupi. É a ela, pelo menos, que um não associado recorre para uma consulta a respeito de dúvidas de ortografias e etimologias das palavras tupis.

As representações dominantes entre os intelectuais do IHGB a respeito da língua indígena serão enfocadas a partir da sociolingüística em suas considerações a respeito do discurso metalingüístico do falante. Dentro da perspectiva do conceito de diglosia, um debate sobre a norma lingüística é o processo ideológico de hierarquização de variedades lingüísticas em confronto, em uma determinada comunidade (aqui no caso, a comunidade acadêmica), através da atribuição de distintas e opostas valorações configuradoras de categorias sobre o correto e incorreto na língua.

O legítimo e o ilegítimo instaurados pela norma lingüística são marcados através de categorias que traduzem valores de natureza social transferidos para o espaço da linguagem. O tupi legítimo, identificado com o passado pelos acadêmicos, foi uma transposição dos ideais românticos para o interior dos estudos lingüísticos.

O debate normativo sobre o tupi ocorreu em um momento de grande interesse no campo intelectual pelas línguas indígenas, responsável por uma série de publicações, veiculadas principalmente pela revista do IHGB.

O IHB publicou diversos vocabulários, como foi o caso dos vocabulários da língua Apiacá, Xerente, Cayuá, Carajá, etc., coletados durante as expedições de penetração pelo interior do Brasil no tempo do Império.

Divulgou-se, também, uma série de estudos gramaticais sobre o tupi elaborados por Batista Caetano, Faria, Sympson, que utilizavam invariavelmente como corpus de referência para suas análises as gramáticas de Anchieta e Figueira.

Outras linhas clássicas de trabalhos sobre as línguas indígenas nessa época foram os estudos etimológicos e os estudos classificatórios, fundados em uma concepção evolucionista da linguagem. Ambos têm sua base na procura da reconstituição da origem. Os estudos etimológicos, como os de Batista Caetano

e Rubim objetivavam a reconstrução das origens das palavras tupis, através do confronto de diversas fontes².

Os estudos classificatórios propunham uma visão genealógica das línguas indígenas, buscando derivar a origem de cada uma. O seu problema teórico central era "a inumerável multidão de línguas e dialetos e a redução d'elles a certas linguagens principais e quasi fundamentais" (CABRAL, 1880 : 23). A classificação das línguas estava entre os primeiros temas propostos para debate nas sessões do IHGB³. Pela importância desse tipo de estudo, sócios como Martius (1845), Varnhagen (1841) e o próprio financiador, Pedro II, propõem transformar o Instituto em centralizador de notícias e estudos existentes sobre as línguas indígenas "para se elaborar uma gramática e dicionário geral das línguas e seus dialetos" (PEDRO II, 1850).

Em termos gerais, essa foi a literatura publicada no século XIX sobre as línguas indígenas do Brasil. Em sua maioria estava ligada ao governo imperial e ao IHGB. Os trabalhos são quase sempre dedicados a Pedro II ⁴, financiador da publicação de diversos estudos lingüísticos, das excursões científicas com interesse em elaborar vocabulários, de reedições em facsímile das obras coloniais, assim como da criação de prêmios e incentivos para os melhores trabalhos lingüísticos (PEDRO II, 1850 : 31).

De uma forma ou de outra, essa literatura esteve ligada ao IHGB; foi publicada na sua Revista ou é de autoria de seus sócios, ou finalmente, foi produzido por instituições similares nas províncias, como o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo.

² Muitas vezes o propósito dos estudos era a normatização do léxico tupi já incorporado ao português, referente, em sua maioria, à topônimos, à flora e à fauna, disciplinando sua variedade de registros.

³ Exemplo de uma ata do IHGB (4^o sessão de 1839) : "para servirem nas discussões da casa, a saber: o que se deve concluir sobre a história dos indígenas, ao momento da descoberta do Brasil; ... da diferença de suas línguas e de seus costumes; se os devemos supôr famílias nomades(RIHGB, 1839 : 47).

⁴ João Joaquim da Silva Guimarães dedica a Grammatica da lingua geral dos indios do Brasil, reimpressa pela primeira vez neste continente depois de tão longo tempo de sua publicação em Lisboa, **offerecido** à S. M. Imperial, attenta a sua Augusta vontade manifestada no Instituto Histórico e Geographico em testemunho de respeito, gratidão e submissão por João Joaquim da Silva Guimarães.

Desta maneira, o estudo das línguas indígenas se desenvolve como campo de interesse da construção de uma História do Brasil. O IHGB é uma instituição que surge 16 anos depois da Independência sob o patrocínio do governo imperial, com o objetivo de elaborar uma História oficial (RIHGB, tomo I, 1839), que legitimasse o poder monárquico através da criação de uma genealogia do poder que o projete até o passado⁵. O Imperador é o "protetor" do Instituto, e os sócios, membros da elite (fazendeiros, administradores, políticos, militares, religiosos, etc.).

A preocupação pelos temas indigenistas, marcadamente pelos grupos tupis, constitui-se numa marca registrada do pensamento romântico da época. O resgate desses temas ao interior do IHGB não visava a elaboração da história dos povos indígenas. O interesse era, antes de tudo, marcar a história da nação recém criada, sob o domínio monárquico (MARTIUS, 1845 : 406). A elaboração de uma história oficial para o Império significava o estabelecimento de uma cronologia para a nova nação, definindo sua origem distinta em relação a ex-metrópole. Os índios representavam o ponto inicial dessa cronologia.

A periodização do índio era marcada em dois momentos opostos: um tempo do apogeu (passado) e um do declínio (presente). A periodização romântica estabelecia a origem dos índios em um "estado florescente de civilização", que "decaiu para o atual estado de degradação e dissolução", segundo Martius. O índio da atualidade é apenas "um residuum de uma muita antiga posto que perdida história" (MARTIUS, 1845 : 393), da qual é possível reconstruir a origem através dos documentos coloniais, assim como da pesquisa etnográfica. A meta da etnografia busca também a origem, sinônimo de pureza. Ela reconstrói as "noções anteriores mais puras" e as formas de um culto antigo do qual os sacrifícios humanos dos prisioneiros, o canibalismo, e numerosos costumes e usos domésticos devem ser considerados como a mais bruta degeneração e que somente deste modo tornam-se explicáveis" (MARTIUS, 1845 : 395).

A visão "romântica" dos intelectuais a respeito da decadência da cultura indígena foi também creditada à sua língua. Diz Varnhagen: "hoje é recebido

⁵ Segundo Martius, a história do Brasil deveria: a) sustentar a unidade da ex-colônia em torno do poder imperial; b) despertar o patriotismo entre a população; c) dar conselhos à administração; d) lutar contra os ideais republicanos (MARTIUS, 1845).

que os autóctones deste território pertenciam a uma geração que já vai decadente e, portanto, também a sua língua" (VARNHAGEN, 1841 : 55).

Nos estudos sobre a língua tupi, considerada como a língua da população em geral, a visão de decadência foi a responsável por um enfoque normativo nas análises, no qual o legítimo e o ilegítimo se colocam no eixo da temporalidade.

O discurso da decadência indígena nos estudos da linguagem produziu uma diglosia entre o tupi antigo e o tupi moderno, representada por uma linha no tempo, que vai do tupi mais puro ao mais corrupto, até chegar a sua morte. O tupi antigo teve como corpus de referência os autores coloniais que documentaram a língua, enquanto o tupi moderno era o tupi falado na Amazônia no século XIX.

A visão normativa da língua tupi está presente nas categorias recorrentes que diferenciam o tupi antigo do tupi moderno, como uma oposição entre o "exato" e o "adulterado", como diz Antonio Macedo Soares (SOARES, 1880 : 180). Varnhagen considera a variedade do tupi moderno como "decadente" (VARNHAGEN, 1841 : 5); Seixas o vê como "quasi morta, e absolutamente pobre de vocábulo" (SEIXAS, 1853), Rubim afirma que a língua "degenerou" (RUBIM, 1866) e João Barbosa Rodrigues que ela foi "adulterada" (1877), enquanto Allemão a caracteriza como "corrupção" (1882).

Rubim considera a língua "extincta ou quase morta" (RUBIM, 1866), a mesma posição de Seixas (1853), Varnhagen (1841), Allemão (1882), Sympson (1877), Martius (1845). O que morreu foi o tupi legítimo e o que existe, pois, é a sua versão adulterada.

A idealização do tupi antigo como modelo da língua repercutiu no campo editorial através de um grande interesse pela literatura tupi produzida na colônia. Algumas dessas obras foram objeto de reimpressão, como foi o caso da gramática de Anchieta, pela primeira vez reimpressa. As reedições facsímile da obra original e os costumeiros pareceres e notas de autoridades em língua indígena, comprovando a autenticidade dos documentos, passaram a ser formas de recuperar o "texto genuíno" (CABRAL, 1880 : 36).

Em comparação com o período pombalino - quando o estudo institucionalizado do tupi se extinguiu com o fechamento dos colégios jesuíticos (BARROS, 1982) - o século XIX significou o ressurgimento, no campo

intelectual, do interesse pelas línguas indígenas do Brasil como área auxiliar da História do Brasil, com apoio financeiro de Império.

Mudou a relação do saber sobre as línguas indígenas e o poder político. No período pombalino, as línguas indígenas se incluíam no rol dos fatores desestabilizadores do poder colonial, como afirmam os documentos pombalinos de denúncia aos jesuítas. Já no Império, as línguas indígenas, e particularmente o tupi, se incluíam no discurso legitimador da Monarquia.

As línguas indígenas foram associadas aos temas patrióticos: o tupi ou língua "brasílica" está ligado às expressões como "nossas cousas" (ALLEMÃO, 1882 : 352), "nossa pátria" (FARIA, 1858), ao "augmento do Império do Brasil" (GUIMARÃES, J da Silva, 1865) e o seu estudo e "um serviço à pátria" (CABRAL, 1880 : 10).

Mas no Império, o interesse pelas línguas indígenas assumiu um carácter simplesmente acadêmico. Gonçalves Dias, autor de estudos sobre o tupi, ao ser mandado como fiscal do sistema escolar na região amazônica aconselha seu uso na educação.

"A vantagem da freqüência das escolas estaria principalmente em que se deshabituaem da língua geral, que fallão sempre, em casa e nas ruas, em toda parte" (ALFARO, 1880).

Houve, pois, interesse no estudo do tupi, mas não no seu uso. Nesse ponto, o Império coincide com o período pombalino: ambos propõem uma política lingüística de "portuguesação" da população indígena.

Bibliografia

ALFARO, Consuelo

- 1980 *Política lingüística*. trabalho apresentado na mesa redonda sobre Linguagem, Educação e ideologia , SBPC, Rio.

ALLEMÃO, Francisco Freire

- 1882 Questões propostas sobre alguns vocábulos da lingua brasilica. *RIHGB*, t. XLV, 2º parte, 351-361.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes

- 1982 *Política lingüística no Brasil Colonial (1545-1759)*. Tese de mestrado. Escuela Nacional de Antropologia e Histoiria, México.

CABRAL, Alfredo do Valle

- 1880 "Bibliografia da Lingua geral do Brasil" in *Anais da Imprensa Nacional*.

DIAS, Antonio Gonçalves

- 1855 "Vocabulário da lingua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas" in *RIHGB*, t. XVII, 553-576.

FARIA, Francisco Raimundo Correia

- 1858 *Compendio da lingua brasilica para uzo dos que a elle se quizerem dedicar*. Elaborado, compilado e offerecido ao Exmo. e Revmº Sr. D. José Affonso de Moraes e Torres, por F.R.C. de F. Pará. Santos e Filho. 28 pp.

GARCIA, Rodolpho

- 1926 "D. Pedro II e as línguas americanas" in *RIHGB*, tomo XCVIII, pp 126 - 131.

GUIMARÃES, João Joaquim da Silva.

- 1852 *Grammatica da Lingua Geral dos Indios do Brasil, reimpressa pela primeira ves neste continente depois de tão longo tempo de sua publicação em Lisboa* , offerecido à S.M. Imperial attenta a sua Augusta vontade manifestada no Instituto Historico e geographico em testemunho de respeito, gratidão e submissão por João Joaquim da Silva Guimarães. Bahia.

- MACHADO, João da Silva (Barão de Antonino)
1856 "Vocabulario dos Indios Cayuás" in *RIHGB*, t. XIX, pp 448-474.
- MAGALHÃES, José Vicente Couto de
1897 "Parecer sobre o compendio da Doutrina christã em lingua Manaos" in *RIHGB*, t. LX, 2º parte.
- MARTIUS, Carlos Frederico
1845 "Como se deve escrever a história do Brasil" in *RIHGB*, t. VI.
- MATTOS, José Verissimo Dias de
1887 "As populações indígenas e mestiças da Amazonia, linguagem, crenças e costumes" in *RIHGB*, t. L 1º parte, 295-390.
- NOGUEIRA, Batista Caetano de Almeida
1877 "Ortografia e significação da palavra brasilica Niteroy, escrita e dada por vários escritores nacionais e estrangeiros. A ortografia que conviria dar-se-lhe e a sua verdadeira etimologia" in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. II, 201-204.
- PEDRO II
1850 "Proposta na sessão de 16 de fevereiro de 1850, para que se reunam todas as notícias que existem a respeito da lingua indigena e a elaboração de uma gramatica e um dicionario geral da lingua indigena" in *RIHGB*, t. XIII, pp 131.
- PORTO - ALEGRE, Manuel de Araujo
1892 "Relatório do 1º secretário do IHGB sessão magna em 15 de dezembro" in *RIHGB*, t. XXI, pp 458-479.
- RODRIGUES, João Barbosa
1892 "Vocabulário indigena comparado, para mostrar a adulteração da língua. Complemento da Poranduba amazonense" in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. XV.
1892/1894 "Vocabulário indígena com a ortografia correta" in *Anais da Biblioteca Nacional*, t. XV e XVI.

RUBIM, Braz da Costa

1892 "Vocabulos indigenas e outros introduzidos no uso vulgar" in *RIHGB*, t. XLV, pp 363-390.

1866 "Parecer de Braz da Costa Rubim sobre o trabalho de Lourenço da Silva Araujo e Amazonas, referente a línguas indígenas" in *RIHGB*, t. XXIX, 2º parte, pp 397-401.

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo

1880 "Um manuscrito guarani. Declaración de la Doctrina Christiana" in *RIHGB*, t. XLIII, 1º parte, pp 165-190.

SOCRATES, Eduardo Arthur

1892 "Vocabularios indigenas" in *RIHGB*, t.LV, 2º parte, pp 87-96.

SYMPSON, Pedro Luis

1877 *Grammatica da lingua brazilica geral fallada pelos aborigenes das provincias do Pará e Amazonas*. Manaus.

TORREZÃO, Alberto de Noronha

1889 "Vocabulario puri: palavras colhidas pelo engenheiro Alberto de Noronha Torrezão" in *RIHGB*, t. LII, 1º parte.

TRUBNER, firma editores

1870 *Bibliotheca hispano-americana, a catalogue of Spanish books printed en Mexico, Guatemala, Honduras, the Antilles, Venezuela, Columbia, Ecuador, Peru, Chili, Uruguay, and the Argentine republic and Portuguese books printed in Brazil followed by a collection of works on the original languages of America* London, Trubner e co., 184 pp.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de

1841 "Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indigenas do Brasil" in *RIHGB*, t. III, pp 53-63.

1849 (1858) "Carta sobre a ethnographia indigena, linguas, emigrações e archeologia, padroões de marmore dos primeiros descobridores, etc" in *RIHGB*, t. XXI, 2º edição, pp 389-398.